



Claustro *Degli Aranci* da *Badia* de Florença onde professorou D. Estêvão de Aguiar

BARTOLOMEO DI IACOPO DI SER VANNI MERCADOR-BANQUEIRO FLORENTINO «ESTANTE» EM LISBOA NOS MEADOS DO SÉCULO XV

por Virgínia Rau

Tem-se confundido quase sempre o *Bartolomeu florentino* que aparece na documentação portuguesa da 3.^a e 4.^a décadas do século xv⁽¹⁾, com outro mercador florentino chamado Bartolomeo di Domenico Marchionni⁽²⁾ e cuja presença em Portugal só nos é atestada por documentos do terceiro quartel do século xv⁽³⁾.

O primeiro, que aparece nalguns documentos portugueses apelidado de *Bartolomeu de Jacome florentim*, usava o nome de Bartolomeo di Iacopo di ser Vannni. Teve larga e importante actuação, ele e a sua companhia, no comércio e na finança luso-italiana de Quattrocentos. As suas operações comerciais e bancárias são-nos duplamente dadas a conhecer pela documentação portuguesa e pela italiana. Na italiana, apa-

(1) Devemos as informações sobre a documentação italiana que utilizamos neste estudo ao nosso ilustre colega e prezado amigo Professor Federigo Melis, da Universidade de Florença, a quem testemunhamos aqui o nosso sincero agradecimento. Aproveitamos ainda para recordar que com ele temos já em elaboração um vasto trabalho sobre as relações económico-culturais entre a Itália e Portugal nos séculos XIV a XVI.

(2) Sobre Bartolomeu Marchionni temos quase terminado um largo estudo que já várias vezes anunciamos em algumas das nossas publicações e que também muito deverá à generosa colaboração do Professor Melis.

(3) Peragallo foi o primeiro a chamar a atenção para as incongruências cronológicas que resultavam de identificar esses dois *Bartolomeus florentinos* como sendo um só e mesmo indivíduo. Cf. P. Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, Genova, 1908, 2.^a edi., p. 101.

rece-nos em 25 de Setembro de 1424 o seguinte depoimento: «.... frater Querinus de Cortona ac de abbadia florentina conversus / Confessus fuit ... se ... recepisse a Bartolomeo di Jacobo de Cervani florentino mercatore in ulixbonense civitate stante ... 190 coronas de veteris ... quas ut asserebat Franciscus Boscoli florentinus mercator per suas missorias litteras 27 mensis madii presentis anni scriptas deprecatus fuit prelibatum Bartolomeum dicto fratri ferre...». E na Biblioteca Medicea — Laurenziana, ficou uma carta de Pero Lopes do Quental para Florença em data de 26 de Julho de 1425, na qual se refere: «.... Sabede que vos escrevi que pagasees a Aduardo Tornaquince e a sua companhia 300 coroas velhas as quaes eu avia aca ricibidas emprestadas de Bertolameu de Jacobo frolintim. E agora por alguns novos nigocios o dicto Bertolameu m'a emprestados aca certos dinheiros dos quaes lhe fico devedor. E portanto vos rogo que logo que virdes esta carta façades pagar ao dicto Aduardo e a sua companhia todos os dinheiros que alla me ficam que ... serom acerqua de 350 coroas e de todo aquello que lhe pagardes tomade hūu alvara de sua māao e aca me lo enviedes por que eu possa fazer conta com o dicto Bertolameu...». Na portuguesa, foi-nos possível encontrar, até agora, os vestígios iniciais da sua actuação entre nós ao efectuar um negócio com o Abade do Mosteiro de Santo Tirso, D. Sueiro, em 16 de Fevereiro de 1432, respeitante a 100 coroas velhas de França e mais 1.000 reais brancos, e com o Abade do Mosteiro de Alcobaça, por intermédio do celareiro do mosteiro em Beringel e em Beja. Por um «estormento de conhecimento», datado de Beja a 24 de Novembro de 1432, ele conhecia e confessava ter recebido do celareiro 300 moios de trigo, de 64 alqueires por moio, que ele comprara ao dito Abade ⁽⁴⁾.

Ele era, já então, representante ou feitor da Companhia dos Cambini de Florença e intermediário entre o mercado português e o da Flandres, o de Roma e o de Florença, quer

(4) Biblioteca da Universidade de Coimbra, mss. 636, «Extracto de João Pedro Ribeiro do Cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave». Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colecção Especial*, c. 129, m. 1, n.º 27. Cf. no final Doc. I.

no tocante a câmbios e transferências, para ou dessas praças, quer no respeitante a importações e exportações de mercadorias diversas, a fretes e a seguros marítimos (5).

Senão vejamos:

Em 7 de Abril de 1437, em Lisboa, na Rua Nova, na loja e na presença do mercador Fernão Gomes, apresentou-se Bartolomeu como Procurador dos mercadores-banqueiros florentinos Eduardo e André Cambini — de que ele era procurador desde o ano de 1423 (6) —, para dar quitação, em nome dos Cambini, a D. Estêvão de Aguiar, Abade do mosteiro de Alcobaça, da soma de 35 ducados de ouro de Câmara (7) em que o «dicto Dom Abade era devedor ao dicto Eduardo os quaes delle recebera emprestados em Florença» (8).

Este «estormento de conhecimento e quitaçom» recorda-nos logo a anterior estadia em Florença de D. Estêvão de Aguiar, anos antes de empunhar o báculo abacial do Mosteiro de Alcobaça. Com efeito, ele fez-se monge na «Badia», isto é, no mosteiro beneditino de Santa Maria de Florença, professando em 4 de Abril de 1432, depois de ter vendido o seu guarda-roupa de cavaleiro a Palla Strozzi pela soma avultada de 100 florins (9).

Entretanto, a conjuntura tanto político-militar com económico-financeira portuguesa deteriorara-se e tornara-se desfavorável. A malograda expedição de Tânger, nesse ano de 1437, a sua preparação e o desastre militar em que redundou, devem ter-se reflectido fortemente no mundo dos negócios. Sabemos que, em 28 de Janeiro de 1437, Bartolomeu estava farto da permanência em Lisboa, parece, pois escrevia nessa data a D. Gomes, Abade do mosteiro de Santa Maria de Florença (10):

(5) O grande problema dos fretes e seguros marítimos foi estudado pelo Professor Federico Melis, estudo que será publicado em breve.

(6) A procuração que Bartolomeu então exibiu era redigida em Latim e datada de 3 de Abril de 1423, sendo feita por Rodolfo Batem notário público da Câmara Apostólica em Roma.

(7) Isto é, da Câmara Apostólica, ou moeda da corte de Roma.

(8) A.N.T.T., *Colecção Especial*, c. 129, m. 1, n.º 30. Cf. no final Doc. II.

(9) Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomez. Abade de Florença. 1420-1440*, Braga, 1963, I, pp. 113 (24), 114 e 136.

(10) Dom Gomes Eanes, nascido em Lisboa por volta de 1383, estudava Direito em Pádua quando, atraído pelo reformador beneditino

«Prazauos saber que a rrazom por que eu nom me despachey daquj por jr em uossa boa companhia nom foy por outra coussa saluo que ouve nouas em como Carolo Moresym ⁽¹¹⁾, uenezyano que foy meu companheiro, auja de seer aquj em este mes de março; polla quall rrazom eu determinjney de o aguardar ataa o dito tempo, por ueer se elle ujnra, que sem elle muj mal posso fazer mjnhas contas». Mas, se até ao dito tempo elle não viesse, logo partiria a caminho de Florença, «sem mays aguardar outra cousa nem djujda que me deua o jnfante dom Emrrique nem outrem. Todo leixarey,... Peçouos de merce que, chegando uos a Florença primeiro que eu, que digaaes a Duardo ⁽¹²⁾ que cedo sarey allo»... ⁽¹³⁾.

Ludovico Barbo, se fez monge em S. Justina, onde professou em 1414. Em 1418 ele mesmo foi implantar a reforma na Badia de Florença, que governou como prior e depois como abade até 1439, renovando a administração, a cultura e o próprio edifício do mosteiro (cujo claustro novo dois pintores portugueses ornaram de frescos). De 1424 a 1426, com um grupo de monges seus, tentou sem efeito introduzir a reforma dos beneditinos negros em Portugal. De regresso a Florença, separou-se, com a Badia, da Congregação de S. Justina, por discordância de orientação. Entretanto ajudou os inícios das reformas italianas da Cervara de Génova e das «Murate» de Florença, dos jerónimos eremitas espanhóis de Fr. Lope de Olmedo, e dos «Lóios» portugueses. A partir de 1434 entrou na confiança de Eugénio IV, que o encarregou da visitação de vários mosteiros florentinos, em 1435 o enviou com legação especial ao Rei D. Duarte, e em 1439 o nomeou Geral dos Camaldulenses. Em 1441 regressou definitivamente a Portugal, feito Prior de S. Cruz de Coimbra, que governou até à morte (1459). Ver: Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomez, Abade de Florença*, vol. I, Braga, 1963.

(11) Desta afirmação resulta inequivocamente o conhecimento de terem sido sócios, pelo menos, em Lisboa, os dois mercadores, um florentino e o outro veneziano. Em 1451 ainda Carlos Morosini negociava em Lisboa. As mercadorias italianas sobre as quais incidiram algumas das suas transacções nesse ano foram panos diversos («paonazo», «ghuarrello nero alla viniziana»), sedas, veludos, fustões, etc. Parte do seu negócio passou através da companhia Cambini, de Florença. Em princípios do ano de 1452 parece ter estado uma temporada em Pisa. Posteriormente, desapareceu dos livros de escrituração dos Cambini.

(12) Trata-se, como é óbvio, do banqueiro Eduardo Cambini, de Florença.

(13) *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis, VI, Coimbra, 1964, pp. 16-17.

Não causa admiração que os negócios nem sempre fossem fáceis nem apresentassem bom cariz, nem que o Infante D. Henrique fosse bom pagador das suas dívidas. Para promover a arrancada dos seus empreendimentos, o Infante já havia recorrido ao capital português e italiano. Em 1430, por exemplo, os irmãos Giannozzo e Filippo Manetti, ao fazerem o balanço dos seus teres e haveres, contabilizaram um empréstimo de 2000 florins que tinham feito ao Infante D. Henrique⁽¹⁴⁾. De facto, até esse ano de 1437, malsinado pelo desastre de Tânger, D. Henrique havia dado início ao empreendimento da colonização da ilha da Madeira, mandara expedições às Canárias, promovera o descobrimento de diversas ilhas dos Açores e mandara navegadores dobrar o Cabo Bojador (Gil Eanes em 1434) e descobrir a costa africana até o Rio do Ouro e a Pedra da Galé (Afonso Gouçalves Baldáu em 1436).

Mas, o tal regresso a Florença que Bartolomeo di Iacopo anunciou, como vimos, na sua carta de 28 de Janeiro de 1437, foi mais uma viagem de negócios do que uma retirada da praça de Lisboa ou do mercado português. Uma carta do Infante D. João ao Abade D. Gomes, escrita do Torrão em 24 de Abril de 1437, diz: «... E o dinheiro pera spedir todas estas letras leva Bertollameu frolentim scilicet canbo de cinqüenta ducados que com elle fez o dicto Vasco Gil ...»⁽¹⁵⁾. No entanto, durante alguns anos desconhecemos as actividades mercantis de Bartolomeu, tanto em Itália como em Portugal, reaparecendo ele em Lisboa sómente passado seis anos. Quanto tempo teria ele permanecido em Itália?

Certo é que, no ano de 1443, a 16 de Julho, Bartolomeu

(14) L. Martines, *The social world of the Florentine humanists*, Londres, 1963, p. 133.

(15) Outro documento assinala como o Abade participou ter obtido as graças pedidas pelo Infante para o seu confessor Vasco Gil. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, publ. e anot. por A. D. de Sousa Costa, Roma-Porto, 1968, vol. I, pp. XLII e LXXX. Temos conhecimento documental de, pelo menos, outra dessas viagens a Itália feitas por Bartolomeu. Em 12 de Novembro de 1450, por exemplo, subscrevia ele próprio em Florença, com Alamano degli Albizzi, um acordo de pagamento com um «choiaio» dessa cidade. E ainda aí permaneceu para além dos princípios do ano de 1451.

obteve permissão oficial para introduzir a pesca do coral nos mares portugueses, concedida pelo regente D. Pedro, na menoridade de seu sobrinho el-rei D. Afonso V. Alcançou tal concessão conjuntamente com um parceiro, João de Forbin, de Marselha, também como ele «estante» em Lisboa (¹⁶). O exclusivo da pesca era-lhes concedido por 5 anos completos e nas seguintes condições: «Ninguém, salvo eles ou quem eles quisessem, poderia pescar coral; ser-lhes-ia quite metade da dízima e poderiam exportar o que lhes aprouvesse sem nada mais pagar; do que vendessem no reino pagariam a sisa; as redes, enxárcia e aparelhos das barcas que mandassem vir não pagariam dízimas, nem portagem nem outro algum direito. Ao dito Forbim, e aos homens que ele mandasse vir de Marselha e de Provença ou outro lugar, era concedido seguro e salvo conduto para entrar, estar e sair livremente do reino, sem lhes ser feito mal nem represália em suas pessoas e bens, tanto no mar como em terra...» (¹⁷).

A concessão parece ter sido explorada mais do que os cinco anos aprazados (¹⁸), não obstante em 1450 o privilégio da pesca do coral pertencer ao Infante D. Henrique (¹⁹). Podemos bem supor, dadas as relações económico-financeiras

(¹⁶) A casa Forbin de Marselha, de que eram sócios João e um seu irmão, dedicou-se à pesca do coral na Sardenha desde o ano de 1441, e em 1443 enviou três barcos explorar as costas de Portugal e outras da Península. Os Forbin parecem ter abandonado essa pesca, pelo menos nas águas da Sardenha, no ano de 1446. Sobre este assunto, ver: E. Baratier e F. Reynaud, *Histoire du commerce de Marseille*, Paris, 1951, p. 703 e segs.; Ch. Verlinden, «La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l'économie metropolitaine et coloniale portugaise», em *Studi in onore di Armando Sapori*, Milano, 1957, I, p. 621. Neste último estudo, há uma confusão entre os dois *Bartolomeus florentinos* a que aludimos no início deste artigo.

(¹⁷) Resumo publicado por J. M. da Silva Marques, *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, Lisboa, 1944, Suplm. ao vol. I, p. 523.

(¹⁸) A documentação sobre a pesca do coral em Portugal foi publicada pela primeira vez por F. M. de Sousa Viterbo, «A pesca do Coral no século XV», em *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, 1903, I, pp. 315-320. Cf. nota (¹⁶).

(¹⁹) Ver *ob. cit.* na nota anterior, pp. 319-320.

e de crédito que tinham existido entre o Infante D. Henrique e a companhia de Bartolomeo di Iacopo, segundo a carta de 28 de Janeiro de 1437, que o «privilégio» do Infante não impedisse que o «contrato» fosse por ele dado a diversos homens de negócios. E não esqueçamos que Bartolomeu era o agente dos Cambini em Lisboa, e trabalhava com outros compatriotas seus.

Assim, na conta-corrente que Giovanni Guidetti «di Lisbona» (20) tinha nos Cambini de Florença, e referente ao ano de 1460, ficou registado: «E dè avere, f. diciotto a oro; posto e' detti gli debbino dare, in questo, c.131, sono per valuta di Reali 3530, scrissono averci fatto debitore per la nostra parte di reali 7030 paghati per la peschiera de' mugini e per diriti à l'Infante Don Ariche e altre spese fatto Giovanni Morosini e Berardi particepe in detta peschiera» (21).

Se tal acontecia com os «mugini» porque razão não aconteceria com o coral?

Morto o Infante D. Henrique e Bartolomeu di Iacopo, ambos em 1460, dois anos depois, ou seja em 1462, estava o contrato do coral nas mãos de um grupo de italianos e de alguns portugueses. Ao comentar a conta da companhia Cambini, de Florença, relativa aos «Maonieri del chorallo che si peschono in Portoghallo», o ilustre historiador italiano Federigo Melis escreveu: «Il monopolio di 5 anni della pesca del corallo in Portogallo, che conosciamo per la prima volta in mani di

(20) Trata-se do mesmo Giovanni Guidetti que tinha «quattro azioni», de parceria com os irmãos genoveses Mario e Daniel Lomellini, e outros, no contrato do monopólio da exportação da cortiça portuguesa, firmado em 21 de Junho de 1456. Sobre este assunto, ver: Sousa Viterbo, «O monopólio da cortiça no século xv», em *Archivo Histórico Portuguez*, Lisboa, 1904, II, p. 41 e segs.; A. Braamcamp Freire, *Notícias da Feitoria de Flandres*, Lisboa, 1920, pp. 38 e 70-72; P. Peragallo, *ob. cit.*, pp. 95-96; Virgínia Rau «Uma família de mercadores italianos em Portugal: os Lomellini», em *Estudos de História*, 1968, pp. 27-30.

(21) Queremos de novo expressar o nosso vivo agradecimento ao ilustre amigo e colega Professor Melis, por nos ter facultado a leitura desta conta mesmo antes de a publicar em obra sua a aparecer brevemente.

«Bartolomeo Florentin» nel 1443, continuava dopo circa 20 anni, facendo capo ad una associazione in partecipazione, comprendente i Cambini di Firenze, il Guidetti di Lisbona (22), la Comp. di Filippo Pierozzi di Valenza ed alcuni Portoghesi,... La Comp. Cambini svolge, dal grande centro di Firenze, la funzione finanziaria, accetando le tratte si di essa spiccate da vari paesi... e traendo per l'organismo lisbonese in vari luoghi, fra cui le fiere ginevrine» (23). As operações financeiras ligadas a este monopólio são de vulto, chegando a atingir, ao serem registadas na secção «dare» da escrituração dos Cambini, a soma de um pouco mais de 3.245 florins «a oro» (24).

Quem olhava pelos interesses da companhia em Lagos, onde se centrava a pesca do coral, era Carlos «florentim», sobrinho de Filipe Pierozzi. Como Carlos «tirara mujto coral», o cabido da Sé de Silves demandara-o para lhe ser paga a dízima, mas ele recusara-se a fazê-lo «por a qual rezam fora por ello citado e escumunguado». Carlos, então, apelou para el-rei D. Afonso V, «que lhe prouessemos de remedio e lhe fezessemos comprar hûm comtrauto que amtre nos e Felipe Peroço seu thio (25) fora feito aqerca do dicto corall». O que o rei fez por carta de 16 de Abril de 1462, ordenando ao cabido que por o considerar seu serviço, não molestasse o florentino, visto «como nunca tall dizima demamdaſtes» (26).

Em 1468, a escrituração dos Cambini registava: «La peschiera de' chorali che si peschano in Portoghallo, in che partcipano charati 9 de 24 per noi e per Giovanni Ghuidetti e Bartolomeo di Iachopo di ser Vanni, de' dare f. 772 s. 17 d. 3 a oro».

(22) A nota é nossa. Trata-se de Giovanni Guidetti que foi sócio de Bartolomeo di Iacopo, mercador florentino estante em Lisboa desde o ano de 1453. Ver: V. Rau, «Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini», em *Estudos de História*, 1968, p. 28 n. 43.

(23) Ver o que escrevemos na nota (20). Refere-se aqui o Professor Melis à feira de Todos-os-Santos em Genebra.

(24) Para ser exacta, a soma era: f. 3245 s. 16 d. 11. Sobre o florim de ouro florentino, ver: Federigo Melis, «fiorino», em *Encyclopedie Dantesca*, Roma, 1971, p. 903.

(25) Referência a Filipe Pierozzi e sua companhia, de Valência.

(26) A.N.T.T., *Leitura Nova, Guadiana*, liv. 5, fls. 36-37.

Anos depois, por carta de mercê passada a 22 de Abril de 1473, D. Afonso V outorgou a Lopo de Ameida (27), do seu conselho e vedor da sua fazenda, metade do coral que se achasse desde o Cabo de Espartel até ao Rio de Tagadarte, durante nove anos, a começar em Janeiro de 1474, e ficando ao rei a outra metade (28). Reinando D. João II, por carta de 3 de Setembro de 1488, ele deu licença ao Conde de Trevento, pelo tempo de três anos, de mandar 12 barcos dos seus vassalos pescar coral nas águas do mar desde o Cabo de S. Vicente até ao de Espartel, pagando apenas a dízima (29).

Mas, deixemos a pesca do coral e voltemos ao nosso Bartolomeu di Iacopo di ser Vanni.

A actividade de Bartolomeu em Portugal encontra-se documentada no domínio da função bancária, na dos fretes e dos seguros marítimos, e da função mercantil, digamos assim. No primeiro aspecto, a função bancária ou de crédito, começamos por encontrar um «estormento de conhogimento», datado de 13 de Setembro de 1447, na cidade de Lisboa, em que ele atestava que recebera do prior e convento do Mosteiro de Alcobaça «trinta mijll reaes brancos em comprimento de pago de cento e vinte e oito mill reaes brancos por oitocentos ducados», à razão de 160 reais por ducado, soma que o Mosteiro lhe devia. Durante o tempo do empréstimo, Bartolomeo di Iacopo «tijinha a penhor do dicto moesteiro húa cruz

(27) Lopo de Almeida era filho primogénito de Diogo Fernandes de Almeida. Foi grande valido de D Afonso V, sendo seu vedor da fazenda, mordomo mor, contador mor, do conselho real, etc. Quando se tratou das negociações matrimoniais da Infanta D. Leonor com o Imperador Frederico III, ele e João Fernandes da Silveira, foram os embai-xadores do rei de Portugal. Sendo já senhor de Abrantes, foi criado 1.º Conde de Abrantes em 13 de Junho de 1476. As cartas que escreveu a D. Afonso V de Sena, Roma, Nápoles e Veneza, quando acompanhava D. Leonor, foram pela primeira vez publicadas em: Antonio Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 139, Provas, I, pp. 601-633. A edição mais cuidada é a de Rodrigues Lapa: Lopo d'Almeida, *Cartas de Itália*, ed. por Rodrigues Lapa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

(28) A.N.T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 33, fl. 65.

(29) João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, Lisboa, 1971, III, pp. 343-344, n.º 228.

de prata chaa que pesa vinte marcos e quatro onças e mais húm tribullo de prata dourado que pesa quinze marcos e cinquo onças», alfaias que Bartolomeu logo entregou ao ser pago integralmente da dívida pelo representante e «brosseiro» do Mosteiro de Alcobaça, Fr. João do Porto⁽³⁰⁾. Estiveram presentes às «quitaçooes do canbo que foy fecto das leteras de Dom Frey Gonçalo de Ferreira», e serviram de testemunhas, entre outros, os florentinos Cosme Boni e Pedro Moscini⁽³¹⁾.

Outras operações bancárias que Bartolomeu efectuava eram ainda mais vultosas. Passara, por exemplo, uma letra de câmbio, datada de 10 de Novembro de 1451, do valor de 54 florins de ouro de Câmara, ou seja uma soma equivalente a 100 000 reais, para ser paga em Florença a D. Afonso, Marquês de Valença e Conde de Ourém, quando da sua estadia nessa cidade — «... ci transcurso in al Magnifico Signiore Don Alfonso, Marchese di Valenza e Chonte d'Orem, portogliolo Franciesccho di Nicholò Cambini, nostro maggiore, chontanti in fior. larghi a l'albergo, di che n'abbiâno quitanza per mano di notaio...» —⁽³²⁾. Por sua vez, foi a conta de Bartolomeu que foi debitada da quantia de 491 ¾ florins de ouro de Câmara, «a 9 per ciento», que os Cambini pagaram em Pisa ao Marquês

⁽³⁰⁾ A.N.T.T., *Colecção Especial*, c. 121, m. 2, doc. 15. Ver no final o Doc. III.

⁽³¹⁾ Cosme Boni esteve algum tempo em Portugal, o bastante para alcançar a categoria de «estante» em Lisboa, de obter, em 8 de Junho de 1450, o privilégio do uso de armas, a ele e a três homens que com ele andassem; e, finalmente, teve carta de seguro real, em 12 de Junho de 1454, que lhe permitia circular com suas mercadorias por todo o reino e lhe garantia segurança pessoal, bem como a todos seus bens e mercadorias. A.N.T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, Liv. 34, fl. 181, e Liv. 3, fl. 173 v.

⁽³²⁾ D. Afonso foi 1.º Marquês de Valença e 4.º Conde de Ourém, sendo o primeiro nobre que usou o título de marquês em Portugal, título que obteve como condição da sua ida a Itália. Filho primogénito do 1.º Duque de Bragança era, portanto, neto do rei D. João e do Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Havia já conduzido a embaixada portuguesa ao Concílio de Basileia, em 1436-1437, viajando em seguida pela Itália e pela Alemanha. O diário desta jornada foi publicado por António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, *Provas*, V, pp. 573-630. D. Afonso morreu solteiro no ano de 1460.

de Valença, quando ele por lá passou nos últimos dias desse mesmo ano de 1451 ou nos princípios do de 1452.

Com efeito, em finais do ano de 1451, D. Afonso havia embarcado em Lisboa conduzindo a Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, já desposada por procuração com o Imperador Frederico III. Desembarcaram em Livorno e seguiram para Pisa à caminho de Sena⁽³³⁾. Em Pisa, D. Leonor foi entregue ao Duque, primo do Imperador, «porque o trato era, que como fosse em terra no primeiro lugar, logo fosse entregue ao Emperador, ou a quem ele mandasse». E a noiva foi levada, entre numerosa comitiva, até Sena onde estava o Imperador, que a recebeu solenemente no dia 24 de Fevereiro de 1452. «O Marquez ficou ali (em Pisa) e fosse por outro caminho para Roma»⁽³⁴⁾. Os pagamento a D. Afonso foram feitos, portanto, quando da sua estada em Pisa e em Florença.

Ao regressar a Portugal, o Marquês de Valença deixara várias encomendas aos Cambini. Assim, temos notícia que, em data de 28 de Maio de 1454, foram mandados para Pisa, com ordem de serem expedidos para Lisboa, para o Marquês, dois livros «di pistole di Tilio di stima di fi. 30», e um «Quintiliano», e sete «chase di lavori di tera chotta envetriata», e mais oito diamantes lavrados e montados a preceito no valor total de 132 florins.

Estaremos aqui em presença de uma importação de obras do atelier de Lucca della Robbia? Pelo menos fica-nos a convicção da profunda influência cultural ressentida por D. Afonso e o requinte e o luxo das suas compras e dos seus livros adquiridos em Itália.

Nos referidos anos de 1451-1452 e relacionado também com o casamento e a viagem de D. Leonor em Itália, se nos

(33) Ver o célebre diário da viagem, escrito por Nicolau Langmann de Valckenstein, em: António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, *Provas*, I, pp. 601-633.

(34) Carta de Pedro de Sousa, senhor do Prado, que ia na comitiva do Marquês, escrita ao Duque de Bragança, D. Jaime, «que lhe havia perguntado pela jornada do Marquez de Valença, quando conduziu a Imperatriz D. Leonor a Itália, e a entregou ao Emperador Frederico III. Cf. António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, *Provas*, I, pp. 645-648.

apresenta o pagamento efectuado em Florença de outras letras de câmbio de Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni. Uma delas de 1 095 e outra de 1 205 florins, ambas pagas a Lopo de Almeida, do conselho del-rei de Portugal e vedor da sua fazenda, e que acompanhava D. Leonor, «e per lui» a Diogo Gonçalves, seu procurador. A operação resulta bem nítida desta outra entrada nos livros da Companhia Cambini:

«Lopo dal Meda del chonsiglio dal re di Portoghallo e uditore della sua faccienda, a di 14 di febraio [1452], f.cinquecento d'oro di camera, ... portò Diego Salvis, procuratore di detto Lopo e uditore del detto re, sono per parte di una lettera di f.1000 camera ci traè in lui Bartolomeo di Iachopo di ser Vanni da Lisbonna, fatta in Lisbonna sotto dì 12 di novenbre 1451, porto in f.492 larghi s.16 picc. per f.500 chamera d'achordo».

Na apreciação de Rodrigues Lapa, «as *Cartas* que Lopo d'Almeida escreveu de Itália ao rei D. Afonso V, contando-lhe as cerimónias do casamento de sua irmã com o Imperador, entraram de há muito nos manuais de História da Literatura Portuguesa como um dos documentos mais sugestivos do período final da nossa Idade Média. Admira-se nelas a singeleza correntia do dizer, o chiste das alusões, a observação maliciosa e aquele «orgulho de ser português», que caracteriza de modo tão particular os homens dessa época»⁽³⁵⁾.

Um outro companheiro de Lopo de Almeida, o Dr. João Fernandes de Silveira, que do mesmo modo estivera presente em Sena, e como embaixador tratara das cerimónias preparatórias do casamento da Infanta D. Leonor com Frederico III, figura nos livros dos Cambini por esta forma:

«E, a dì 14 di diciembre [1451], f. ciento sette s.15 a oro posto nostri di Roma per noi debbino dare, in questo,

(35) Lopo d'Almeida, *Cartas de Itália*, ed. por Rodrigues Lapa, Lisboa, 1935. Sobre os personagens e os sucessos que nelas se narram, ver as pp. XIV a XIX. Cf. o que escrevemos na nota (26) sobre Lopo de Almeida.

c.68, sonno per f.100 chamera che detto Bartolomeo ci remisse più di fa, da Lisbona dal dottore messer Giovanni Ferrandi, inbasciatore di Portoghallo, e' quali lui ci facio paghare a Roma a' detti nostri, da' Medici per lettere di Ruberto Martelli di qui,...»

Em estadia anterior do Dr. João Fernandes em Itália, fora do mesmo modo Bartolomeu que mandara pagar a um «setaiuolo», no ano de 1448, 18 «braccia» de veludo bége para o referido doutor.

Operações bancárias de tipo semelhante da que acabamos de citar acima, serviram para abastecer em dinheiro o Dr. João Fernandes da Silveira quando, nos anos de 1456 a 1460, esteve na corte de Roma em serviço del-rei de Portugal, D. Afonso V⁽³⁶⁾. Aí recebeu uns 13 494 ducados de ouro de Câmara por diversas letras de câmbio, quase todas sobre a filial dos Médicis em Roma. Tais letras de câmbio foram emitidas: duas, uma de 1 666 ducados e outra de 300 ducados, por Marco Lomellini, genovês «estante» em Lisboa, sobre os Médicis de Roma; uma de 780 ½ ducados, de Bruges a instâncias de Martim Gonçalves feitor del-Rei em Flandres, sobre os mesmos

(36) O Dr. João Fernandes teve uma carreira verdadeiramente prodigiosa. De jovem escolar em leis da Universidade de Lisboa, pelo ano de 1430, chegou a ocupar os maiores lugares do reino. Ao mesmo tempo, ou sucessivamente, chanceler da Casa do Civel de Lisboa, regeedor da Casa da Suplicação, do conselho del-rei, escrivão da puridade, Chanceler-mor, e vedor da fazenda do Príncipe D. João, combatente na tomada de Tânger e de Arzila, na batalha de Toro, foi o primeiro que usou o título nobiliárquico de barão em Portugal, pois teve carta de barão de Alvito, de juro e herdade, em 27 de Abril de 1475. Serviu em cerca de dez embaixadas. Ordenado por embaixador para tratar das negociações preparatórias do casamento da Infanta D. Leonor com o Imperador Frederico III, em 1449, esteve em Nápoles a conferenciar com D. Afonso V, rei de Aragão e de Nápoles, e, depois, em 1452, assistiu ao encontro dos noivos em Sena. Em 1455, estava como embaixador em Castela requerendo a ratificação do contrato de casamento da Infanta D. Joana com Henrique IV. Nos anos de 1456 a 1460 andou por Itália, de Roma a Florença e a Veneza, como embaixador de D. Afonso V. O Papa Calisto III, em 1456, referiria a satisfação causada no Sacro Colégio por uma sua «formosa» oração.

Médicis; duas de Barcelona, uma de 1 684 ducados para Francisco de Nerone, florentim, feita a instâncias dos mercadores do Porto que tinham o «trauto» dos couros do ano de 1457, outra a instâncias dos mesmos mas sobre os Médicis de Roma; duas de Giovanni Guidetti, uma de 300 ducados e outra de 1 325 $\frac{2}{5}$ ducados, sobre os Cambinis de Roma; uma, de 2 692 ducados, de Daniel Lomellini sobre os ditos Médicis; e uma de 1 495 ducados, de Domenico Azeoto também sobre os Médicis de Roma (37).

Nesse mesmo tempo, ou melhor nos anos de 1451 e 1453, Bartolomeu estava interessado e ocupava-se em exportar para Itália nomeadamente grã de Sintra «per tignere panni» ou «fare paghonazi» (38), e couros da Irlanda, de Lisboa e de Coimbra. Na escrituração dos Cambini, a 14 de Dezembro de 1451, ficou lançado o pagamento «de grossi cinque» ao correio «di una lettera rechò di Pisa da Ridolfo di ser Gabriello che avixava della giunta in riviera di Genova dalla charavella e baleniere di Vascho di Ghovea, dove sono chuoia di Lisboa attenente alla razione vecchia del libro rosso». E logo a seguir: «E, a dì 15 di diciembre lb. ventotto picc. dati in 3 luoghi pietosi per Dio, per sichurtà di robe venghono di Lisboa sula charavella e balenieri di Vascho di Ghovea sopradetto perchè venghan salvi».

O artesanato do couro em Fóreça era um consumidor sempre voraz. Só no ano de 1453, Bartolomeu comparticipava

(37) Dados obtidos na carta de quitação ao Dr. João Fernandes, de 3 de Fevereiro de 1462, carta em que aparece a preciosa alusão ao pagamento final feito aos pintores que iluminaram o *mappa-mundi* em Veneza, hoje conhecido como o de Frei Mauro e guardado na Biblioteca Nacional Marciana, em Veneza. João Martins da Silva Marques, *ob. cit.*, III, pp. 19-20, n.º 12.

(38) Matéria corante usada em tinturaria antes de se conhecer o carmim. Era constituída pelo corpo seco de um insecto de cor vermelha e semelhante a um grãozinho, «granum cocci»; servia para tingir panos de vermelho, escarlate, carmesim e violeta. A grã figura já em certos forais portugueses do século XII, sendo muito apreciada e conhecida, nos séculos XV a XVII, a proveniente de Sintra, Arrábida, Sesimbra, Olivença, Beja, Ajustrel, etc. Cf. José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 1952, s. *grã*, pp. 1117-1118.

numa operação mercantil sobre couros que atingiu a quantia de 2 554 florins, 11 soldos e 7 dinheiros. Outra operação referente a 655 couros, vindos pelo barinel de João Sodré, e 732 chegados noutro barco, montara à soma de um pouco mais de 1 130 florins. Nessa exportação de couros pelo porto de Lisboa tomavam parte, como transportadores, a caravela e barinel de Vasco de Gouveia, como já vimos, ou ainda a «nave Vangiela» de que era mestre Rodrigo Anes, do Porto.

Do mesmo modo, em 1451, e pela nave «Vangiela», Bartolomeu exportou duma só vez 300 libras de grã; duma só vez ainda, mas em conjunto com Francesco di Nerone, efectuou uma operação com grã de Sintra que atingiu a bela soma de cerca de 500 florins «a oro». Com menos frequência, chegavam de Portugal, nesses anos, de sua conta própria ou de parceria com Giovanni Guidetti, peles de raposa «crude», ou de «lupi marini», «lontre» e «lupi ciervieri».

Assim, tanto no que respeitava ao negócio de exportação da grã como dos couros, figurava frequentemente sózinho mas noutras ocasiões associado a Giovanni Guidetti, em especial na de grandes partidas de couros. Noutros negócios, sobretudo em operações de crédito e de câmbio, trabalhava ou mantinha estreitas relações com Bartolomeu e Leonardo Lomellini de Génova (³⁹); com a Companhia de Giovanni Biliotti, filial dos Cambini em Barcelona; com Piero Franceschini de' Medici; com Filipe e Federigo Centurioni, e outros. Certas vezes Bartolomeu di Iacopo negociava com Bruges através da Itália, utilizando para isso Antonio da Rabatta e companhia, Lucha Capponi e companhia, e outros.

Bartolomeu estava relacionado com muitos mercadores portugueses, entre os quais avultavam Fernando Anes e Álvaro Gonçalves, do Porto, Fernando Soares, Diogo Gonçalves, João Martins e quantos mais.

De Itália importava panos finos, de seda e de ouro (⁴⁰) brocados e brocados de ouro, «zetani vellutato nero», «guarnello

(39) Sobre os Lomellini, ver: Virgínia Rau, *ob. cit.*, na nota (20).

(40) Por uma factura de 23 de Fevereiro de 1448, sabemos que Bartolomeu mandara fazer a Bernardo e António di Tommaso Antinori, «setaiuoli», 4 peças de veludo e 5 de brocado.

nero alla veneziana» ou «guarnello bigio e biancho» (41). Só numa partida, e pela caravela de Luis de Feria, recebia em Lisboa, panos de ouro e de seda, de seda «schietti», 14 «fardelli d'acciai», uma peça de 43 «braccia» de brocado de ouro a 20 florins «il braccio» (42), tudo no valor total de 430 florins de ouro. Noutra altura, mandou vir «um paio d'ochiali da chavalchar per la neve», óculos destinados a Nuno Fernandes, que, em 1460, era apodado de «scienziato di Portoghallo», em Florença. Noutras remessas seguiam peças de veludo, de «damaschino» ou «raso» pretos, «zetani alto e basso» carmesim, pano «paonazzo», tafetá carmesim, objectos de prata («4 tase e uno chuchiaio»), etc. Desde 23 de Outubro de 1447, os Cambini tinham mandado para Lisboa, a Bartolomeo di Iacopo, uma caixa de panos de seda, por um acordo que ele e Leonardo Lomellini haviam feito com o rei de Portugal..

Mas, no meio de tantas sedas, brocados, setins e veludos, também vinham livros, jóias e objectos de arte, que abundavam no mercado italiano ou florentino — como as compras de D. Afonso, Marquês de Valença, que já mencionámos.

Em 30 de Janeiro de 1451, saía por Pisa e endereçado a Bartolomeo di Iacopo, um cofre forte com livros (1 «chiamato lapide de chastelione choverto di verde»; 1 «in charta pechorina chiamato decretorum»; 1 «chiamato decesione dominorum in banbagina»; 1 livro «in banbagina, decesiones nove»; 1 livro «da ragioni pocho scritto»), capuzes, «una charta di Fiandra dipinta», e outras coisas, pertencentes a Pedro Afonso de Aguiar.

(41) Podemos até supor que o «zettano» (setim) fosse importado em Itália do Oriente através do Egípto.

(42) O «braccio» era uma medida de tecidos usada em várias cidades italianas; o de Florença era a quarta parte de uma «canna». A «canna» de Florença correspondia, portanto, a 4 «braccia». Permita-se-nos uma pequena estimativa: se cada «braccio» de brocado de ouro custava 20 florins, e se cada florim pesava grs. 3,5368 de ouro, encontramos para os 20 florins o peso de grs. 70,736 de ouro. Como actualmente, em Portugal, a venda de ouro fino está cotada a 42\$50 o grama, o dito brocado valeria hoje, pouco mais ou menos, 3006\$00 o «braccio». Cf. o estudo de Federigo Melis, «fiorino», em *Enciclopedia Dantesca*, Roma, 1971, p. 903.

Pelos anos de 1460-1461, figurava na conta de D. Álvaro Afonso, Bispo do Algarve, um «tolomeo» que tinha sido encor-mendado por esse prelado:

«E, a dì 2 di diciembre, fiorini venti di camera, per lui, a ser Giovanni del maestro Antonio e Piero del Massaio, portorono chontanti, sono per parte d'uno libro delle tavole di Tolomeo à chonperato da lloro ...»

«E, a dì 11 di febraio, fiorini 12 di camera, per lui, a ser Giovanni d'antonio, portò chontanti, e' quali li dà per parte d'uno tolomeo ...»

«E, a dì detto [di Marzo], fiorini 15 di camera, per lui, chome disse Ianni Alfonso a Piero del Massaio, dipintore, portò-chontanti, per parte di dipintura d'uno tolomeo ...»

«E, a dì detto [16 di luglio], fiorini sette di camera, per lui, a Piero del Massaio, dipintore, portò chontanti, sono per resto di dipintura d'un tolomeo à dipinto a detto veschovo ...»

Esta nota da aquisição dum «tolomeo» pelos portugueses em Florença, e ao redor dos anos de 1460-1461, presta-se a ilacções da maior importância para o estudo das possíveis influências italianas e ptolomaicas na história da nossa ciência náutica dos finais do período henriquino. Caberá aos cultores dessa história da náutica portuguesa pronunciarem-se sobre tal assunto, pois só eles poderão dizer a última palavra sobre ele.

Como dissemos, não faltavam também objectos e mercadorias de luxo ou de valor artístico. Senão, vejamos outros itens. Endereçados a Afonso Joanes, partiam de Pisa, por volta de 12 de Dezembro de 1453, «ij forzeretti d'altare nuovi chon tutti fornimenti in essi e chiave 4», e «4 charegli d'arazzo e chuoio roxo». Ao passo que, no ano de 1449, se pagava aos frades de S. Espírito porque «ci schrisse Bartolomeo... gli paghassimo a' fratti che schrissono un livro per Giovanni Martini portoghalense».

Nem admira que assim fosse porque entre os clientes de Bartolomeu, além dos próprios Reis de Portugal, figuraram nomes cimeiros da vida portuguesa de então: os Infantes; o Abade D. Gomes; D. Afonso, Marquês de Valença e Conde de Ourém; os embaixadores Lopo de Almeida, Dr. João Fernandes da Silveira e Luís Gonçalves (43); D. Álvaro Afonso, Bispo do Algarve; D. Gonçalo Anes de Óbidos, Bispo do Porto; Frei Luís Anes, Abade de Castro de Vilares; Álvaro Pires, feitor do Bispo de Coimbra; Pedro Vasques, capelão do Bispo do Porto; o Dr. Álvaro Afonso; o «scienziato» Nuno Fernandes; e outros mais.

Os anos foram passando. Em 1469 ainda os Cambini de Florença lhe chamavam «Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni di Lisboa», mas ele deve ter morrido antes dos primeiros dias de Março do ano de 1470, segundo o inculca a escrituração da Companhia dos Cambini.

Bartolomeu parece ter casado duas vezes, com «monna» Lixa e, depois, com «monna» Angiola, que, ambas, ficaram a residir em Florença. Em 21 de Abril de 1451, Bartolomeu mandava pagar 3 florins «a oro larghi» a «monna Lixa sua donna, portoglielo Franciescho di Niccholò Cambini a chasa per sue spese». Em 1452, os mesmos Cambini vendiam à mulher de Bartolomeu 11 peles de «veronesi» por 4 florins, 14 soldos, ou seja a 13 soldos a peça. Em 1451, um seu irmão, de nome Giovanni di Iacopo di ser Vanni, já morrera; Bartolomeu mandara entregar à sua viúva «nonna» Margherita a soma de 100 florins de ouro e que ela disse «ricieveva per resto della dota....».

Parece, ainda, ter deixado duas filhas; uma a quem os Cambini pagaram, em Dezembro de 1472, várias somas para o seu matrimónio; a outra, «Monna Nera» aparenta ter casado em 27 de Outubro de 1473.

(43) Em relação ao pagamento dos gastos em Itália do embaiador Dr. João Fernandes da Silveira, por exemplo, também entrevieram os irmãos Marco e Daniel Lomellini, Genoveses. Estes, em 1456, passaram letras de câmbio no valor de 4.658 ducados, moeda de Roma, sobre os Médicis, para serem pagos ao Dr. João Fernandes quando ele permaneceu em Roma de 1456 a 1460.

DOCUMENTOS

I

Saibham os que este estormento de conhíçimento birem que eu Bertolameu frolintim mercador estante em Lixboa conheço e confessó que reçeby de Joham Gonçalvez celareiro em Biringell e em Beja pello Abade d'Alcobaça trezentos moyos de trigo a saber de sasenta e quatro alqueires por moyo que eu comprey ao dicto Dom Abade o qual pam me o dicto Joham Gonçalvez entregou e pagou per vertude e mandado do dicto Dom Abade e per seu alvara que lhe eu trouve e entregey, e porem em testemunho de verdade lhe mandey dar este estormento de conhíçimento, feito em a villa de Beja no paaço dos tabaliaes binte e quatro dias do mes de Novembro era do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill e iij^o trinta dous anos testemunhas Goncallo Botelho estprivom da camara do Bispo d'Evora e Joham Vaasquez estprivom da Chancelaria da Coreiçom do Algarve e Ruy Gonçalvez tabaliam e eu Filipe Afomso publico tabaliam de meu Senhor El Rej per todo seu senhorio que esto per outro fiz escrever so meu signal acostumado ⁽¹⁾.

(*Sinal público*)

No verso:

Estormento de conhíçimento que Bertolameu frorentjm conheço que reçebera d'Alcobaça iij^o moios de trigo que o dicto mosteiro tinha em Berengel ⁽²⁾.

II

Saibham os que este estormento de conhíçimento e quitaçom virem que no ano do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil iij^o e trinta e sete anos binte e sete dias do mes d'Abri em a cidade de Lixboa na Rua Nova na loja de Fernam Gomez mercador Bertolameu de Jacome frorentjm mercador estante em a dicta cidade de Lixboa que presente estava como procurador de Eduardo e d'Andre Cambiny mercadores frolintes segundo parecia per húa procuraçom fecta e asignada per Rodulfo Batem notario provico da Camara Apostolica fecta

(¹) Na transcriçāo dos documentos apenas se desenvolveram as abreviaturas. Conservou-se a ortografia mas regularizou-se o emprego do *v* e do *u* intervocálico, do *i* e do *j*, e introduziu-se aqui e ali alguma pontuação para tornar mais clara a leitura.

(²) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colecção Especial*, caixa 129, maço 1, n.^o 27.

em latim aos tres dias do mes d'Abrial da era do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil iiiij^c e binte e tres anos segundo parecia em a quall era conteudo antre as outras cousas que os sobredictos davom poder que por elles e em seos nomes posa pedir e demandar todalas dvidas que lhe devesem quaquejer pesoas que lhe fosem devedores asy per espirturas como sem ellas e dar conhigimentos e quitaçoes segundo todo mais compridamente em a dicta procuraçom era conteudo e o dicto Bertolameu per poder da dicta procuraçom dise que elle dava por quite e livre ao dicto Dom Abade d'Alcobaça de trinta e cinqwo ducados d'ouro de camara em que o dicto Dom Abade era devedor ao dicto Eduardo os quaes delle recebera emprestados em Frolença e por que de todo era bem pagado e emtregue sem mjngua nenhūa que lhe nom ficou por nenhūa cousa dos dictos trinta e cinqwo ducados porem o deu por quite e livre e em testemunho desto lhe mandou dar este estormento, testemunhas Joham Lobo procurador na Corte del Rey e Frey Pedro Quadrado monje do dicto mosteiro e Pero Vasquez Pistana d'Evora e Fernam Gomez e outros e eu Alvaro Vasquez tabeliam em a Casa do Civil por meu Senhor El Rey que este estormento esprevy e aquy meu signal fiz que tal he.

(*Sinal público*) pagou com nota xb reaes

No verso:

Estormento de conhecimento em o qual se contem que Bertollameu frolentim recebeo do Senhor Dom Stevom d'Aguiar abbafe d'Alcobaça em nome d'Eduardo cujo procurador he xxxb ducados de camara que lhe o dicto Dom Abbade devia ⁽¹⁾.

III

Saibham os que este estormento de conhogimento virem que eu Mige Bertolameu frolentim mercador estante em a qidade de Lixboa a esto presente conheço e confessó que eu ouve e recebi do prior e convento do Moesteiro d'Alcobaça per vos Frey Joham do Porto monje e brosseiro do dicto moesteiro que pressente estavades trinta mijl reaes brancos em comprimento de pago de cento e vinte e oytu mill reaes brancos por oitoçentos ducados a rrazom de cento e ssassenta reaes por ducado em que me o dicto moesteiro era obrigado per espirtura puprica. E porem dou de toda a dicta conthia por quite e livre ao dicto prior e convento do dicto moesteiro deste dia pera todo ssenpre e as ssuas rendas e beens e herdeiros que nunca em nemhūu tempo per

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Coleccão Especial*, Caixa 129, maço 1, n.º 30.

mim nem per outrem possa sseer demandado em juizo nem fora dell sso pena de lhe tornar a dicta conthia em dobro per meus beens assi movees como de rraiz avudos e por aver que pera esto obrigo pellos quaaes dinheiros eu dicto Miçe Bertolameu tiinha a penhor do dicto moesteiro húa cruz de prata chaa que pesa vinte marcos e quatro onças e mais huu tribullo de prata dourado que pesa quinze marcos e cinco onças. A quall cruz e tribullo o dicto Miçe Bertolameu entregou logo ao dicto Frey Joham do Porto em comprimento de todallas perdas d'ouro e de prata que o dicto Miçe Bertolameu tiinha a penhor do dicto moesteiro pellos dictos ducados pressente mym tabeliam e testemunhas adiante estpritas e em testemunho de verdade as dictas partes pedirom ssenhos estormentos, ffecto em a dicta çidade em as casas da morada do dicto Miçe Bertolameu treze dias do mes de Setembro era do naçimento de Nossa Senhor Jhesu Christo de mjl e iij^a e quarenta e ssete anos, testemunhas Joham do Couto mercador morador no couto d'Alcobaça e Cosme Bony e Pero Moxiny froleniis e outros e eu Pero Vaasquez vassalo del Rey e sseu puprico tabeliam em a dicta çidade per sua autoridade reall que a todo esto com as dictas testemunhas presente fuy e este estormento pera o dicto moesteiro estprevi e aquy meu sinal ffiz que tall he

(*Sinal público*) Lxb reaes

No verso:

Quitações do cambo que foy fecto das leteras de Dom Frey Gonçalo de Ferreira ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colecção Especial*, caixa 121, maço 2, doc. 15.